

A CATEGORIA TRABALHO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Gilberto Alves de Oliveira Júnior¹
Mestrando em Geografia
Universidade de Brasília – UnB
oliveirajr@unb.br

“É chegado o tempo em que uma nova Geografia pode ser criada, porque o homem começa, um pouco em toda parte, a reconhecer no espaço trabalhado por ele uma causa de tantos dos males que o afligem no mundo atual” (SANTOS, 1986, p. 214).

RESUMO

O presente artigo realiza uma breve análise acerca da categoria trabalho e da produção do espaço através de um debate envolvendo sociedade, espaço e tempo. Assim, apresenta a relevância da categoria trabalho para a construção de uma perspectiva de espaço como instância social, entendendo o espaço sob a dimensão social enquanto construção histórica e permanente do homem através do trabalho. Neste sentido, a partir da constatação da relevância da categoria trabalho na análise do espaço, objetiva-se observar como a mesma é abordada nos livros didáticos de geografia.

Palavras-chave: categoria trabalho; produção do espaço; ensino de geografia; livros didáticos.

THE WORK CATEGORY IN THE GEOGRAPHY TEACHING

ABSTRACT

This paper carries through a brief analysis concerning the work category and the production of the space through a debate involving society, space and time. Thus, it presents the relevance of the work category for the construction of a space perspective as social instance, understanding the space under the social dimension while historical and permanent construction of the man through the work. In this direction, from the evidence of the relevance of the work category in the analysis of the space, it has as objective to observe as this category is boarded in didactic books of geography.

Key-Words: work category; production of the space; geography teaching; didactic books

APRESENTAÇÃO

O espaço é uma constante e inconstante produção social. Constante pois toda produção resulta em (re)produção do espaço, bem como em reprodução social. Inconstante dada à descontinuidade dos processos sociais impelida pela desigualdade inexorável da reprodução social, onde a sociedade fragmenta-se a si mesma, implicando na fragmentação do espaço e do tempo. Portanto, é o movimento e a produção social com seu dinamismo que implica ao espaço conjugar-se ao tempo para estabelecer-se enquanto realidade objetiva da materialização das contradições do movimento implícito no cerne das relações existentes na sociedade capitalista.

Historicamente caracterizada no capitalismo (com as peculiaridades deste sistema), a análise da categoria trabalho pela geografia não pode se reduzir e encarar o trabalho desagregado ao seu contexto, ou seja, apenas como meio da realização do homem enquanto homem e ser

¹ Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

social ou simplesmente como ação humana (social) que promove transformações na natureza, posto que isto faz esvair da análise as características incorporadas ao trabalho que são inerentes ao capitalismo, que transforma o trabalho em apenas meio de subsistência do trabalhador e dos que dele dependem, desconsiderando o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta, para produzir valores de troca que partem quase que exclusivamente da dimensão abstrata do mesmo.

O trabalho é o elemento central da compreensão do modo capitalista de produção, pois este possui a contínua valorização (transformação do valor) — que parte da relação de troca (compra e venda) da força de trabalho, de onde se extrai a mais-valia para ser realizada em lucro — como finalidade.

Neste sentido, parte-se da caracterização histórica do trabalho no modo de produção capitalista para entender sua centralidade na produção social — que (re)produz espaços fragmentados, porém articulados, desigualmente valorizados e apropriados pelas diferentes classes sociais — , verificando comparativamente como a categoria trabalho é abordada nos livros didáticos de Geografia, buscando assim inferir sobre o modo como esta é discutida nas aulas de Geografia.

INTRODUÇÃO

A discussão acerca do espaço geográfico perpassa, antes de tudo, pela sociedade, fato que nos leva a pensar o espaço sem, contudo, esvaziá-lo de conteúdo, sem abstrai-lo da realidade social da qual este não pode escapar ou subtrair-se, pois apreender a realidade espacial é uma verdadeira impossibilidade sem a devida compreensão das estruturas que engendram a sua incessante, porém inconstante (re)produção.

Sendo a sociedade sua essência, o espaço se entrega quase que totalmente aos diferentes e desiguais processos que correspondem às aptidões singulares dos momentos históricos e carrega em si, e em distintos níveis, diferentes momentos históricos simultaneamente coexistindo em sua essência. Assim, o tempo só pode ser apreendido de forma meramente linear se compreendido fora do espaço, da própria realidade social.

Se o tempo fragmenta o espaço, isto acontece apenas porque a sociedade age no tempo e no espaço fragmentando a si mesma através das suas relações que implicam a materialização de uma lógica contraditória que se manifesta em todos os níveis dos processos sociais. A produção materializada no espaço e no tempo é, assim, fruto do processo social compreendido no espaço-tempo que produz e reproduz a materialização das relações inerentes às sociedades estabelecidas em dado tempo e espaço.

Sendo assim, a sociedade reproduz-se a si mesma no tempo e no espaço porque se realiza em ambos num mesmo instante, fazendo com que mutuamente assumam suas características, se impregnando delas, das contradições inerentes aos processos sociais.

Tratamos aqui, pois, do espaço social, onde se encontram implícitos e explícitos a materialização de relações sociais, caracterizadas por um movimento intimamente social, um tempo social. Para observarmos o cerne das relações que implicam a produção da “matéria social” devemos compreender o contexto que organiza e configura a produção social, atestados na constatação de ser o espaço condição e meio desta produção, bem como também o próprio produto, sendo sua organização e configuração resultados da produção social.

Como produto, é o espaço também matéria social em movimento de reprodução, o que implica sua conjugação com o tempo para apreendê-lo em determinado momento, para compreender como o acúmulo de tempos e de espaços produziu o espaço-tempo em movimento que denominamos de presente.

Cabe à Geografia, então, através do desenvolvimento de perspectivas para o estudo, a análise do espaço, procurar apreender a realidade nas relações entre a sociedade, o trabalho e a

natureza na produção, reprodução e apropriação dos lugares e territórios, dada a constatação da inexistência de uma produção espacial alheia à produção social. “O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1979, p. 10), pois “um espaço que, de acordo com a história que o homem produz, é também produzido” (SILVA, 2001, p. 17).

Nesta perspectiva, o trabalho, para a geografia, não pode se reduzir enquanto elemento de centralidade na essência do homem, enquanto meio de realização do próprio homem (do ser social), posto que quando historicizado no modo de produção capitalista, o trabalho assume características impostas por uma produção que não se estabelece enquanto finalidade do modo de produção, mas como um meio de se obter lucro através da extração de mais-valia do trabalho — mais especificamente do trabalho não pago ao trabalhador que vende a sua força de trabalho para obter parte do produto social para si e assim se reproduzir e reproduzir sua mercadoria para o processo de produção —, num processo em que o trabalho é fragmentado para a produção e pela produção, fragmentando também o homem que não se reconhece naquilo que produz mas se estranha, não se realizando no seu trabalho pois apenas o vende como uma mercadoria (força de trabalho) para garantir sua subsistência e dos que dele dependem.

Para a análise da categoria trabalho nos livros didáticos da disciplina geografia, foram selecionados três exemplares utilizados no Laboratório de Ensino de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB nas disciplinas de Metodologia do Ensino de Geografia e Prática de Ensino de Geografia como subsídios na elaboração de textos didáticos e planejamento de aulas. Os capítulos analisados versavam sobre a produção e organização do espaço geográfico, de onde procurou-se observar como a categoria trabalho era discutida na (re)produção do espaço e na própria organização da sociedade. Foram selecionados livros do ensino médio pela possibilidade de uma discussão mais aprofundada acerca da temática.

CAPITALISMO E TRABALHO NA (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Sob o domínio das relações designadas através das premissas do sistema capitalista de produzir, a sociedade se reproduz pautada nas relações estabelecidas inerentes ao contexto da troca de mercadorias, única via de obtenção de todo e qualquer subsídio necessário à reprodução da vida, bem como da própria “subsistência” da reprodução desse modo de produzir. A venda de mercadorias *organizadas* segundo as relações de troca gera a única fonte capaz de conceder os meios necessários à sobrevivência do homem em sociedade. As mercadorias são então destinadas ao mercado por seus vendedores, sendo “o único título que dá ao homem acesso a uma parte do produto social, e ao mesmo tempo é a medida dessa participação” (LUXEMBURGO, S/D, p. 295).

A venda de mercadorias pressupõe a produção das mesmas como seu mais fundamental precedente. Para produzir o homem se utiliza de ferramentas, de meios capazes de aprimorar o rendimento da substância do seu trabalho, aumentando a sua produtividade e/ou diminuindo a quantidade de tempo necessário à produção de determinado produto. Meios que ele utiliza para interagir com a natureza transformando-a em algo que é previamente concebido pela sua consciência, já que “o ser humano tem ideado, em sua consciência, a configuração que quer imprimir ao objeto do trabalho, antes de sua realização” (ANTUNES, 2003, p. 123).

Vale ressaltar que, subtraído da constatação de estar submetido à lógica capitalista, o trabalho é, antes de tudo, transformador, mediador da relação homem-natureza e conseqüentemente de toda a produção humana (social).

Visto desta forma o trabalho é o fator primordial da própria *hominização* do homem, do ser social, constituindo-se num ato em que o homem provoca uma transformação naquilo em que trabalha sendo também transformado pelo seu próprio trabalho. Suas próprias condições de existência são assim modificadas, transformam-se o meio onde ele vive e também as formas de interagir com este meio, portanto seu próprio trabalho e cotidiano, o que faz com que o homem resulte do trabalho. “Do que se depreende que é decisivo o papel da ação teleológica,

que põe em movimento formas distinguidoras da atividade mecânica animal, configurando previamente o processo de trabalho” (ANTUNES, 2003, p. 124).

Pois esta especificidade humana de idear o resultado do seu trabalho é o fator primordial que distingue, que diferencia o homem dos demais animais, que realmente *hominiza* o homem. Esta diferença é indispensável para que o homem obtenha os meios necessários à satisfação das suas necessidades através de uma transformação (humanização) da natureza, que ocorre através do processo realizado pelo seu trabalho, um processo de realização do homem enquanto homem.

Resumindo: só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho (ENGELS, 2004, p. 28).

Mas, retornando às funções específicas do trabalho no capitalismo, depreende-se que neste sistema há uma relação de liberdade de trocas, de liberdade do próprio trabalhador, que é imediatamente contrariada pela expropriação por parte dos trabalhadores dos meios necessários à produção de mercadorias para levá-las ao mercado e garantir para si parte do produto social, para garantir inclusive sua existência.

O trabalhador é duplamente livre, detentor de uma mercadoria que lhe é própria, a força de trabalho, que ele pode vender livremente no mercado entrando em acordo com as leis que são próprias ao mercado. É também livre na medida em que é desprovido de qualquer outra mercadoria que possa ser trocada no mercado, pois não detém os meios indispensáveis à produção de mercadorias.

Há desta forma, a concentração por parte de uma classe dos meios necessários à produção de mercadorias, o que ocasiona uma divisão na sociedade em dois *fragmentos* distintos e contrários: os detentores dos meios necessários à produção, que constituem uma classe de capitalistas (burguesia), e os expropriados destes meios, que constituem uma classe-que-vive-da-venda-da-força-de-trabalho. A estes últimos, assim impossibilitados de produzir suas próprias mercadorias para trocar no mercado, resta disponibilizar a si mesmo – seu trabalho (em sentido reduzido) – como mercadoria, bem como levar esta mercadoria para trocar no mercado. A dupla liberdade do expropriado dos meios de produção assume então também duplo caráter, contraditórios entre si: um positivo e outro negativo. Pois ao mesmo tempo em que sua força de trabalho lhe é uma mercadoria “própria”, particular, o trabalhador se vê obrigado a colocá-la à venda no mercado, sob pena de não receber parte do produto social para si e assim não conseguir estabelecer as condições necessárias à sua manutenção e reprodução.

Uma mercadoria se produz com um determinado investimento de trabalho dispensado na sua produção, que pode ser medido quantitativamente pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas que se encontram em curso em um dado momento de uma sociedade, pois, pode-se dizer quanto tempo é necessário para se produzir determinada mercadoria tomando por base os meios de produção da sociedade que a produz. Este tempo é assim, um tempo social, um tempo médio que a sociedade necessita para a produção de determinada mercadoria de acordo com os meios que dispõe para tanto.

Observa-se assim que o trabalho é a substância social comum à produção de todas as mercadorias, de todo produto cujo destino é a troca no mercado (MARX, 2004). Assim podemos aferir sobre o tempo socialmente necessário à produção de uma determinada mercadoria, a partir da quantidade de trabalho social investido nesta produção. Portanto: quando consideramos as mercadorias como valores, estamos considerando-as somente sob o aspecto de trabalho social realizado, fixado, ou, se assim quiserem, cristalizado.

Consideradas desse modo, só podem ser diferenciadas umas das outras enquanto representarem quantidades maiores ou menores de trabalho. [...] Os valores relativos das

mercadorias são determinados pelas correspondentes ou somas de trabalho investidas, realizadas, incorporadas nelas (MARX, 2004, p. 74).

Desta forma fica claro que o valor de uma determinada mercadoria não surge no mercado, no momento da sua troca, mas sim na sua produção, pois que correspondente à quantidade de trabalho social nela investido. Mas para a ideologia capitalista, no entanto, o valor é produto do capital, pois se acredita que o próprio produto é produto do capital e não do trabalho.

Concebida enquanto mercadoria, o valor de troca da força de trabalho no mercado não se pode definir senão a partir da quantidade de trabalho socialmente necessário na produção das mercadorias que compreendem a subsistência do vendedor da força de trabalho, mercadorias necessárias, portanto, para a própria (re)produção da força de trabalho, (re)produção do homem enquanto mercadoria, tratado como tal.

O valor do salário se pretende, desta forma, não mais que satisfazer as necessidades de existência do homem que vive da venda da força de trabalho, estes vendedores dos produtos por ela (força de trabalho) produzidos, se apropriando do que distancia o salário do trabalhador do valor obtido com a troca das mercadorias que ele produziu e lhe são alheias, através dos meios de produção que lhe são igualmente alheios.

O capitalismo assim especula sobre o salário necessário à subsistência do trabalhador a partir do trabalho socialmente necessário empregado na produção das mercadorias indispensáveis à sua subsistência, ou seja, no valor de mercado dessas mercadorias².

Ressalta-se que o consumo produtivo da mercadoria força de trabalho gera um excedente ao seu próprio valor de mercado, e este excedente é apropriado pelo comprador da mercadoria força de trabalho, num processo em que o vendedor da força de trabalho se encontra submetido e submerso, e de onde não consegue identificar em que momento ou mesmo em que quantidade o consumo produtivo da sua mercadoria excede ao valor que é por ela pago por seu comprador. Este excedente é a parte do produto social que cabe ao comprador da força de trabalho, parte esta que assume um volume não identificado pelo vendedor da força de trabalho, num processo que este não tem consciência.

Portanto, o lucro do capitalista consistiria não em vender as mercadorias por um valor excessivo, e sim em simplesmente vendê-las pelo seu próprio valor. O lucro seria obtido por fazer o trabalhador executar o seu trabalho por um tempo que compreende mais do que o valor pago pela sua força de trabalho. O lucro é oriundo, portanto, do trabalho não pago ou do trabalho que excede ao valor que é por ele pago, em outras palavras, da mais-valia.

Pois no valor da mercadoria se encontra o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, o que não coincide com o valor pago pela força de trabalho que a produziu, já que o valor desta última diz respeito apenas à sua (re) produção, não tendo referência direta com a mercadoria por ela produzida. Depreende-se que o valor da força de trabalho têm relação com a reprodução dos padrões de vida do seu vendedor, e para que ela seja fonte de lucro (mais-valia), é indispensável que o trabalhador execute sua tarefa por um tempo maior do que o necessário à reprodução da sua mercadoria, a força de trabalho.

² “A força de trabalho de um homem vale o trabalho que é necessário para o manter em estado de trabalhar, para conservar a sua força de trabalho. O valor da mercadoria ‘força de trabalho’ é portanto representada pela quantidade de trabalho necessária à produção dos meios de subsistência para o trabalhador” (LUXEMBURGO, S/D, p. 296).

“Como o de qualquer outra mercadoria, esse valor é determinado pela quantidade de trabalho necessário para sua produção. [...] Para poder se desenvolver e se manter, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência. Mas o homem, como a máquina, desgasta-se e tem de ser substituído por outro homem. Além da quantidade de meios de subsistência necessários para o seu ‘próprio’ sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que terão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a classe dos trabalhadores” (MARX, 2004, p. 87-88).

A produção do espaço se faz a partir da lógica contraditória que regulamenta a apropriação daquilo que é produzido. O espaço é produto de processos sociais envolvidos na estrutura da reprodução contraditória do capitalismo, da estrutura que fundamenta a organização da sociedade que através desta (estrutura) se organiza para se reproduzir, assim produzindo espaço. Neste processo a sociedade manipula o espaço aprofundando as diferenças de classes (SANTOS, 1997).

Analisar a produção do espaço é a melhor forma de não apenas perceber, mas apreender a materialização das relações sociais e históricas no espaço, pois apenas uma análise que parta destes preceitos é assim capaz de apreender como a sociedade se organiza para reproduzir-se produzindo espaço, nele materializando relações que são reproduzidas historicamente através da própria produção social, relações mascaradas pela aparência exposta na paisagem, cabendo a elucidação cabal da sua produção aos fatores não diretamente visíveis nela mesma, ou mesmo aos invisíveis. Em outras palavras, “o papel da explicação cabe, freqüentemente, ao que não é imediatamente sensível, ou seja, aos fatores ‘invisíveis’” (SANTOS, 1988, p. 14).

O espaço é produto de uma coexistência de diferenças, desigualdades e interesses, é produto de conflitos. “A produção do espaço é desigual, na medida em que o espaço é fruto da produção social capitalista que se realiza e se reproduz desigualmente, [...] a partir da contradição entre sua produção socializada e apropriação individual” (CARLOS, 1994, p. 26, 22). O espaço é produto, condição e meio do trabalho do homem e deve servir à repetição deste processo de produção, admitindo a reprodução dos *meios* que permitem ao homem continuar a existir e se reproduzir, e a reprodução do processo de manutenção de uma massa de trabalhadores expropriados dos meios de produzir autonomamente, um processo que extrai — não sem violência — do trabalho do homem a mais-valia e a realiza em lucro para o capitalista através de um inconstante, porém ininterrupto, processo de valorização. “Assim, não só o espaço é um espaço produzido, mas é igualmente um espaço reproduzido” (MOREIRA, 1981, p. 88).

A reprodução do espaço é substanciada pela reprodução da exploração da classe trabalhadora no processo de valorização e acumulação do capital, embora participem da reprodução do espaço outras instâncias da vida do homem em sociedade.

É através do trabalho humano, em consonância com os meios de produção, que são *criadas* as mercadorias do/no mundo do capital. Não sem, contudo, *abstrair* do trabalhador e lhe negar a compreensão e apreensão da finalidade (capacidade teleológica) e qualidade do trabalho e do seu produto para assim viabilizar a criação de valores de troca, expressos em mercadorias, “deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão *concreta*, [restando-lhe] apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada” (ANTUNES, 2003, p. 84).

“O espaço, portanto, reúne homens tão fetichizados quanto a mercadoria que eles vêm produzir nele. Mercadoria eles próprios, sua alienação faz de cada homem um outro homem” (SANTOS, 1997, p. 22). O espaço é uma produção de homens alienados, estranhos a si mesmos e à sua produção, e está, como os homens, também alienado, desconsiderado de seu caráter útil, onde é também meio e condição para a reprodução da vida humana. É uma mercadoria trabalhada (produzida) por outra mercadoria, o homem (SANTOS, 1997), cuja reprodução para este processo está inerente à própria reprodução do espaço.

A CATEGORIA TRABALHO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Os livros didáticos de Geografia observados analisam o espaço geográfico como um conjunto de objetos naturais e objetos criados pelo homem, devendo este ser apreendido através das relações (políticas, econômicas, culturais, e outros.) que o “animam”. Porém alguns autores não se detêm em historicizar estas relações e discutirem como as desigualdades sociais produzidas historicamente resultam na própria desigualdade espacial.

Eles tratam ainda a produção social apenas como intervenção humana sobre um ambiente natural ou humanizado, e se abstém de demonstrar como o sistema capitalista deturpa o trabalho e o próprio homem no seu processo de produção, e a própria relevância do trabalho para a produção capitalista.

Os autores procuram caracterizar as mudanças no processo de trabalho e de produção sob o constrangimento do capitalismo, abordando o trabalho através das suas divisões técnicas e sociais, numa discussão que examina a produção histórica da sociedade desde a Revolução Industrial, analisando algumas transformações sofridas pelo trabalho, como o seu próprio ritmo determinado pelo ritmo do capital e a produção em série.

As discussões perpassam também pelo fordismo e taylorismo, com a fragmentação da produção e grande acumulação da massa de trabalhadores, e pela produção flexível iniciada no final do séc. XX, centrando suas discussões nas conseqüências da flexibilização para a produção mas não necessariamente para o trabalho e para o trabalhador, senão pela questão que envolve o nível de qualificação do trabalho e o emprego e desemprego (cíclico, estrutural). Vale ressaltar, contudo, que tal abordagem pode implicar na construção de um discurso pautado no “determinismo tecnológico” para problemáticas cruciais na análise do mundo atual. Ou seja, tendem a elevar a ciência e a tecnologia como determinantes de um processo de desemprego pela automação da produção, ocultando outros aspectos imprescindíveis na análise do espaço, bem como as contradições, mediações e conflitos que consubstanciam o processo de reprodução social.

Nos livros o trabalho não é abordado como uma categoria para a Geografia, parecendo muitas vezes ser utilizado como um sinônimo para emprego, e é portanto desconsiderado do seu caráter histórico concreto. São abordagens que, em certo sentido, se apresentam como a-históricas e assim constroem-se a-críticas — posto que se estabelecem fragmentando a totalidade a partir de rupturas com a realidade concreta, sem necessariamente reconstituir verdadeiras relações com esta — que tendem a ser reproduzidas nas salas de aula.

Alienação, força de trabalho, divisão social do trabalho, trabalho concreto, trabalho abstrato, estranhamento, mais-valia, são expressões que muitas vezes não se encontram citadas nos livros, que realmente desencadeiam a discussão sobre capitalismo e trabalho — fundamental para a compreensão da produção do espaço — com certa superficialidade.

Todos os livros discutem a produção e organização do espaço geográfico possuindo como essência as próprias relações sociais que produziram e reproduzem este/neste espaço. Mas esta discussão deve ser precedida pela caracterização da produção sob o capitalismo, porque “conhecer uma realidade é conhecer a forma como ela se produz” (SANTOS, 1986, p. 214). E, afinal, produzir é produzir espaço (SANTOS, 1986), pois não há produção social sem produção espacial ou produção espacial sem produção social.

O que realmente falta nos livros didáticos é uma análise crítica do capitalismo que procure apreender a sua essência e relacione a produção sob o capitalismo com a produção do espaço geográfico, e a partir disso busque analisar a reprodução da organização da sociedade no espaço, uma reprodução classista. Estas análises possibilitarão a discussão mais aprofundada da categoria trabalho no modo de produção capitalista, haja vista que trabalho e sociedade, essencialmente em suas classes e divisões (de emprego, de renda, de consumo), estão praticamente unidos através do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidentemente, nos livros didáticos de Geografia, nota-se a falta de expressividade e a necessidade da construção de uma discussão mais aprofundada sobre a categoria trabalho que possa caracterizá-lo sob o modo de produção capitalista, envolvendo além das suas divisões técnicas e sociais, suas dimensões (concreta e abstrata), a dupla liberdade do trabalhador — pois o trabalhador é detentor de uma mercadoria que lhe é própria, a força de

trabalho, que ele pode vender livremente no mercado entrando em acordo com as leis que são próprias ao mercado.

É também livre na medida em que é desprovido de qualquer outra mercadoria que possa ser trocada no mercado, pois não detém os meios indispensáveis à produção de mercadorias —, o trabalho como mercadoria (força de trabalho) e a alienação do trabalhador frente ao produto do seu trabalho e ao próprio processo de produção, além de discutir também o papel do trabalho na produção de mais-valia e na sua realização em lucro para o capitalista, discussões que perpassam pela própria organização da sociedade capitalista — sustentada na contradição existencial do capitalismo através da hierarquização das classes sociais — que determina os detentores e os expropriados dos meios de produção.

Portanto, nos livros didáticos de Geografia o trabalho é em certa medida subtraído da constatação de estar submetido e subjugado ao modo de produção capitalista. É observado constantemente como transformador, mediador da relação homem-natureza e, conseqüentemente, de toda a produção humana (social).

Não se observa o trabalho como fator primordial da própria *hominização* do homem, do ser social, constituindo-se num ato em que o homem provoca uma transformação naquilo em que trabalha sendo também transformado pelo seu próprio trabalho. Num processo onde suas próprias condições de existência são assim modificadas, transformando-se o meio onde vive-se e também as formas de interagir com este meio, portanto seu próprio trabalho e cotidiano, o que faz com que o homem resulte do trabalho.

A própria especificidade humana de idear o resultado do seu trabalho se encontra nos livros oculta, enquanto fator que distingue, que diferencia o homem dos demais animais, que realmente humaniza o homem. Enquanto diferença indispensável para que o homem obtenha os meios necessários à satisfação das suas necessidades através de uma transformação da natureza, que ocorre através do processo realizado pelo seu trabalho, um processo de realização do homem enquanto homem.

A categoria trabalho não é abordada nos diversos capítulos dos livros didáticos de Geografia considerando-se a sua complexidade e as características históricas a ela incorporadas no capitalismo. Fato que, inclusive, não atribui ou reafirma a relevância do trabalho no processo de produção do espaço, não servindo em certa medida para desvelar alguns aspectos fundamentais da realidade e, por conseguinte, para o despertar da consciência crítica dos alunos do ensino médio para questões importantes à sua formação enquanto cidadãos.

Embora alguns aspectos relevantes sejam observados e desenvolvidos criticamente com propriedade pelos autores, outros ainda aparecem apenas como vocábulos sem um desdobramento elucidativo de cunho teórico relacionado com os processos sociais e as contradições que se encontram no seu bojo. É fundamental que estas sejam reveladas para que no ensino de Geografia não se imponha o pseudoconcreto como a realidade última desencadeada de processos naturais e neutros.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. **Panorama geográfico do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9ª ed. Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas, 2003.

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1994.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Ed. Ulisseia, S/D.

LUXEMBURGO, Rosa. **Introdução à economia política**. São Paulo: Martins Fontes, S/D.

MARX, K. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.

PEREIRA, Diamantino; SANTOS, Douglas; CARVALHO, Marcos de. **Geografia: ciência do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Atual, 1994.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. In: **Revista Terra Livre**, n. 5 – O espaço em questão. São Paulo: Marco Zero, 1988.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

VESENTINI, José William. **Brasil: sociedade e espaço**. 31ª ed. São Paulo: Ática, 2002.